

# Resenhas

**Douglas North. 2005. *Understanding the Process of Economic Change*. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 187 pp. ISBN: 978-0-691-11805-5.**

Depois da publicação de duas obras fundamentais que se tornaram já clássicos da literatura económica, *Structure and Change in Economics History and Institutions*, em 1981, e *Institutional Change and Economics Performance*, em 1990, Douglas North, Prémio Nobel da Economia, traz-nos mais um livro fascinante, que estende inegavelmente o horizonte teórico do Novo Institucionalismo Económico. Se hoje se pode afirmar, com Geoffrey Hodgson, 'que somos todos institucionalistas', é bom não esquecer que nem sempre assim foi. É certo que a corrente de pensamento económico iniciada por Veblen, Commons e Ayres chegou a ser a escola dominante entre as duas guerras mundiais, principalmente, nos Estados Unidos. No entanto, o Velho Institucionalismo, como veio a ser designado, entrou em declínio na época do pós-guerra, sendo substituído pela elegância e sofisticação formal da economia neoclássica que, rapidamente, estendeu a sua hegemonia (e, não raras vezes, o seu monopólio) às universidades, centros de investigação e revistas de especialidade.

Embora não caiba aqui aprofundar as razões para tal, pode, no entanto, acrescentar-se que alguma responsabilidade terá sido dos próprios institucionalistas que, preocupados em introduzir a análise histórica na economia, se terão perdido, de forma demasiada, nos densos detalhes dos seus estudos empíricos. Dizia Ronald Coase que os textos do velho institucionalismo precisavam, urgentemente, de uma teoria ou de um fogo. Aliás, foi o próprio Coase que, em dois pequenos textos publicados em 1937 e 1960, que lhe valeram o Prémio Nobel, lançou os primeiros fundamentos teóricos do Novo Institucionalismo, só muito mais tarde desenvolvidos, e em direcções diferentes, por Oliver Williamson e por Douglas North, en-

tre outros. Contrariamente ao Velho Institucionalismo, o novo parte dos métodos e pressupostos neo-clássicos, nomeadamente, o individualismo metodológico e o princípio da racionalidade maximizadora, mas, ao mesmo tempo, procura introduzir, na análise, o enquadramento institucional. Assim, embora radicados em paradigmas diferentes, esta duas correntes têm em comum o facto de considerarem que, na regulação da vida económica, 'as instituições importam', apesar de existir alguma variação na forma como se define o próprio conceito de instituições.

Para Douglas North, as instituições são as regras formais e informais que constroem o comportamento dos agentes económicos. Há, assim, uma clara distinção entre instituições e organizações. As instituições são as regras do jogo (por exemplo, a constituição, as leis, as normas, as convenções, os costumes e os valores) e as organizações são os jogadores. Nas suas obras anteriores, North demonstrou, através da análise histórica, que o principal factor que determina o desempenho das economias é a sua estrutura institucional. Agora, em *Understanding the Process of Economic Change*, North procura ir mais longe e compreender as próprias características do processo de mudança social e, de igual modo, a forma como a humanidade compreende e age de acordo com a percepção dessa mudança. A principal novidade da sua obra reside na tentativa de integração, na economia, de campos teóricos geralmente ignorados pela teoria convencional, como é o caso da ciência cognitiva e da psicologia social.

Logo nas primeiras páginas do livro, é fornecida uma descrição sumária da dinâmica do processo de mudança económica: as crenças ou as convicções das pessoas estão na base da génese das instituições e estas, por sua vez, determinam políticas que alteram a realidade, dando origem a novas crenças e, assim, sucessivamente. Neste processo, sempre dinâmico de mudança, a variável crucial é a *intencionalidade* dos actores, que

emerge como produto da sua natureza e aprendizagem social. Deste modo, contrariamente aos mecanismos de selecção de Darwin, a evolução humana é marcada pelas percepções, escolhas e decisões dos jogadores. Nas palavras de North, a 'mudança económica [...] é, na sua maioria, um processo deliberado formado pelas percepções dos actores acerca das consequências das suas acções' (p.viii). North rompe aqui (e bem) com a ideia defendida pelo novo institucionalismo, segundo a qual as instituições económicas emergem espontaneamente, através da interacção voluntária dos agentes económicos que procuram maximizar a sua satisfação. Sem dúvida que isto representa um grande passo em frente, e no bom sentido, apesar de não constituir, propriamente, uma novidade, pelo menos, para aqueles mais familiarizados com algumas heterodoxias económicas.

Seja como for, em *Understanding the Process of Economic Change*, North tenta alargar, de forma arrojada, as fronteiras da pesquisa em economia, procurando respostas para uma variedade de questões: 'Como percebemos a realidade? Como as crenças são formadas? Como mudam? Qual a relação entre crenças e instituições? Como mudam as instituições? Como as instituições afectam o desempenho [das economias]? [...] E mais importante que tudo, qual é a natureza essencial do processo [de mudança] em si mesmo?' (p.4).

Na primeira parte do livro, North tenta, precisamente, desenvolver um quadro analítico que lhe permita captar a natureza do processo de mudança. No entanto, lembra o autor que a teoria que herdámos é estática, porque nunca soube (ou nunca quis) incorporar a dimensão temporal como parte integrante da análise. Por outro lado, embora a economia se tenha assumido como a ciência da escolha, tem sido bastante negligente na exploração do contexto no qual as escolhas ocorrem. De facto, nós escolhemos entre alternativas que são elas próprias construções da mente humana. Assim, a análise do modo como a mente humana trabalha e interpreta o ambiente acaba por ser um dos objectivos fundamentais do livro, o que explica que sejam inteiramente consagrados a esse problema dois dos capítulos mais surpreendentes, nomeadamente, *Belief Systems, Culture and Cognitive Science* e *Consciousness and Human Intentionality*. Antes disso, porém,

North explora, elegantemente, os limites da teoria económica convencional, assente nos pressupostos do conhecimento perfeito dos agentes e na ergodicidade dos processos. No entanto, o mundo em que vivemos é caracterizado pela incerteza e pela não ergodicidade dos processos, o que significa que as médias de determinados valores observados no passado podem originar diferenças, em relação às médias dos resultados futuros. Então, se o ser humano, apenas capta uma parte da realidade e é através das suas percepções que são feitas as suas escolhas, a preocupação de North é saber como são formados o sistema de crenças e a cultura, matéria que é explorada no primeiro dos dois capítulos atrás referidos.

Em seguida, North apoia-se nos contributos mais recentes da ciência cognitiva e nos estudos sobre os fundamentos neurobiológicos do eu, nomeadamente, nos trabalhos de António Damásio, para concluir sobre os limites da assumpção do princípio da racionalidade que alicerça os fundamentos da economia convencional. Os argumentos que North avança e que surgem reforçados, igualmente, no capítulo seguinte, sobre consciência e intencionalidade, são os seguintes: o processo de aprendizagem é uma função da forma como um determinado sistema de crenças filtra a informação resultante das vivências e das diferentes experiências com as quais os indivíduos são confrontados, em sociedades e épocas diferentes. Douglas North não é, obviamente, um especialista em ciência cognitiva ou em psicologia social, nem pretende sê-lo. É por isso que não se pode esperar que o seu trabalho, sob o ponto de vista científico, avance nessas áreas. O seu grande mérito também não é chamar a atenção dos economistas para a importância das áreas da psicologia e da ciência cognitiva, no estudo do comportamento económico, se bem que nunca seja, por demais, fazê-lo, dado um certo autismo da teoria dominante, relativamente à indispensável colaboração com outras áreas disciplinares das ciências sociais. Recorde-se que, já em 1988, Hodgson, no seu livro *Economia e Instituições*, quando criticava o conceito racionalista da acção, fez incursões na teoria cognitiva e nas suas explicações sobre o propósito e os níveis múltiplos de consciência. No entanto, North, através de um cuidadoso trabalho de análise sobre as mais recentes descobertas na área da ciência cogni-

tiva, faz uma excelente ligação entre a forma como é construído, pela mente humana, o sistema de crenças e a génese das instituições. O sistema de crenças constitui a representação interna da paisagem humana e as instituições – como estrutura que os homens criam nessa paisagem tendo em vista o alcance de certos resultados – são a sua representação externa.

Nos últimos capítulos da primeira parte, é explorada a construção da estrutura institucional da sociedade e o processo de mudança institucional. A estrutura institucional da sociedade determina não só as regras económicas e políticas do jogo social, mas também quem terá acesso ao processo de decisão. Assinale-se que, contrariamente àquilo que é comum nos novos institucionalistas, Douglas North atribui alguma importância à forma como as relações de poder determinam a formação da estrutura institucional das economias. Os fenómenos de poder – assunto que foi largamente explorado pelo velho institucionalismo de Veblen, Commons e Ayres, bem como pelos seus seguidores contemporâneos, como é o caso de John Kenneth Galbraith – nunca mereceram a atenção de Coase, nem de Williamson, mesmo quando são analisados os processos de governação. Assim, é de saudar a introdução deste problema nos trabalhos de North, sendo certo que o tema não é muito explorado.

Relativamente ao processo de mudança institucional, North define algumas proposições sobre mudança institucional. Chamando, mais uma vez, a atenção para a necessidade de separar o conceito de instituições do de organizações – um tema que não é pacífico entre os institucionalistas – o autor defende que a chave para a mudança institucional reside, precisamente, na interacção contínua entre aqueles dois elementos, num contexto económico de escassez e de competição. A separação conceptual entre instituições e organizações tem merecido algumas críticas, nomeadamente, por parte dos seguidores do Velho Institucionalismo, como é o caso de Hodgson. No entanto, embora se compreenda que, em rigor, os dois conceitos não são facilmente destrincháveis (as organizações são, também, elas próprias, configuradas por regras formais e não formais), o certo é que a sua separação parece ser essencial para o entendimento do processo de mudança institucional, como Douglas North o demonstra claramente.

A estrutura analítica que North desenvolve, na primeira parte do livro, é aplicada, na segunda parte, para a explicação dos casos de sucesso e de fracasso das economias, na construção da sua estrutura institucional. Quando os humanos, diz North, compreendem o seu ambiente e constroem a sua estrutura institucional, de acordo com os objectivos desejados, há consistência entre esses objectivos e os resultados alcançados. O aumento enorme na esperança média de vida e o acréscimo de bem-estar material, nos últimos séculos, são um exemplo dessa consistência, apesar do processo de mudança, através dos quais aquele aumento e acréscimo ocorreram, ter sido marcado por tentativas e muitos erros, com muitos perdedores pelo meio, e de não haver qualquer garantia que o processo continue no mesmo sentido. A história da União Soviética é, para Douglas North, um testemunho da implantação de uma interpretação errada do ambiente humano, tendo como resultado a criação de uma estrutura institucional inflexível que não funcionou. Um dos seus argumentos centrais é que a ‘eficiência adaptativa’ das sociedades na criação de estruturas, que são produtivas, estáveis e suficientemente flexíveis para que possam ser mudadas ou substituídas, é a melhor resposta num mundo caracterizado pela incerteza e pela não ergodicidade dos processos sócio-económicos.

Não será muito difícil vaticinar que, tal como aconteceu com as obras anteriores de North, também *Understanding the Process of Economic Change* irá marcar a história do pensamento económico. Algumas das limitações do novo institucionalismo económico são, na verdade, ultrapassadas, nomeadamente, aquelas que resultam da adopção de alguns dos pressupostos da economia convencional. Todavia, convém salientar que nem todas as fragilidades do novo institucionalismo são eliminadas. A perspectiva, através da qual se encara o processo de interacção entre indivíduos e instituições permanece limitada. O movimento é analisado num único sentido, isto é, dos indivíduos para as instituições. Dito por outras palavras, é explicado como as crenças dos indivíduos se encontram na génese das instituições e como, por outro lado, condicionam a actividade humana, mas nada é dito sobre a influência que as próprias instituições exercem na formação das preferências dos indivíduos. Não obstante, como tão bem o mostra-

ram os velhos institucionalitas, as instituições não são apenas condicionadoras do comportamento humano, mas também o *constituem*. Estas observações parecem apoiar todos aqueles que enfatizam a oportunidade de estabelecer uma ponte entre o velho e novo institucionalismo, apesar das dificuldades metodológicas que a tarefa acarreta. Talvez seja agora o momento certo para o fazer.

Vasco Almeida

*Instituto Superior Miguel Torga*

**António Manuel da Fonseca. 2005. *Desenvolvimento Humano e Envelhecimento*. Lisboa: Climepsi Editores. 242 pp. ISBN: 972-796-156-8.**

António Manuel Fonseca apresenta uma visão compreensiva do processo de envelhecimento. O autor expõe modelos teóricos e quadros conceptuais, sobre o desenvolvimento humano que interpreta com distância e rigor científico, assumindo, como linha de produção teórica, 'a preocupação em 'contextualizar' a adaptação psicológica face ao processo de envelhecimento' (p.122; *aspas originais*).

No contexto sócio-histórico em que vivemos, ou seja, a era do envelhecimento, obras que nos auxiliem a compreender o desenvolvimento humano – algo que admitimos processar-se de forma não linear e complexa, mas que pode ser, apesar de tudo, conceptualizado em modelos compreensivos – são muito bem-vindas para a comunidade científica que trabalha e/ou investiga as *velhices*.

O livro está dividido em duas partes. A primeira trata do conceito de desenvolvimento humano, enquanto a segunda parte é dedicada à apresentação interpretativa do conjunto de princípios e mecanismos implicados na adaptação ao envelhecimento. O autor inicia este percurso analítico, abordando a terminologia 'desenvolvimento humano' que integra, nos nossos dias, diferentes concepções herdadas do século XX. Actualmente, são múltiplas as dimensões analíticas para descodificar a diversidade no processo de envelhecimento e a produção científica saliente o papel activo do indivíduo na constru-

ção do seu próprio desenvolvimento. Neste ponto, é consensual a tese de que são múltiplos os caminhos no desenvolvimento; caminhos esses que se acentuam, progressivamente, com o avançar da idade. E é precisamente na variabilidade *interindividual* e na variabilidade *intraindividual*, acentuadas pela passagem do tempo, que reside uma das dificuldades fundamentais na validade dos resultados, quando se investiga o desenvolvimento humano, na idade adulta e na velhice. O controlo das variáveis é disso exemplo. Desta forma, imputar à passagem do tempo as diferenças encontradas pode ser equívoco, quando se omitem as circunstâncias históricas em que se nasce e se vive. Neste sentido, segundo António Manuel da Fonseca, a 'abordagem desenvolvimental dinâmica exige um grande rigor no modo como se define o papel da idade cronológica, pelo que o interesse último dos investigadores não será tanto a passagem do tempo, mas sobretudo as mudanças desenvolvimentais e de comportamento que emergem ao longo do tempo' (p.29)

Neste sentido, Fonseca prossegue dedicando-se à sinalização e distinção de três paradigmas do desenvolvimento: o mecanicismo, o organicismo e o contextualismo. Assim, para o paradigma mecanicista (baseado na metáfora da máquina) o desenvolvimento 'é uma questão de constância ou de alteração essencialmente quantitativa, com os elementos a serem acrescentados ou retirados do reportório comportamental do indivíduo de acordo com as leis do condicionamento e da aprendizagem' (p.39). Apesar da existência na comunidade científica de adeptos da concepção que o desenvolvimento se baseia, tal como protagoniza o *mecanicismo*, no somatório das múltiplas relações de causa-efeito, os que se distanciam deste paradigma, no entanto, criticam o papel passivo atribuído, pelo mecanicismo, aos indivíduos, perante as influências externas, assim como a omissão da influência das 'variáveis de socialização' no desenvolvimento humano.

Acerca do paradigma que se segue, o organicismo – derivado da metáfora do organismo vivo biológico – o autor afirma que, em todas as perspectivas científicas acerca do desenvolvimento humano, 'se privilegia o estudo dos processos sobre os produtos e as mudanças qualitativas sobre as quantitativas' (p.43). O desenvolvimento é, intrinseca-